

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.219 - CE (2019/0084712-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : DAVID NUNES FEITOSA (PRESO)  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO CARLOS CAMPOS DE OLIVEIRA NETO - CE009848  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DAVID NUNES FEITOSA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do HC n. 0002297-11.2018.8.06.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 17/9/2018, pela suposta prática do delito previsto no art. 180, §1º do Código Penal (receptação qualificada). Referida custódia foi convertida em preventiva (fls. 130/134).

Em 10/10/2018, foi oferecida denúncia imputando a prática dos crimes descritos no art. 171 do Código Penal, e no art. 2º, *caput*, da Lei 12.850/2013 (estelionato e organização criminosa), tendo o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Brejo Santo declinado da competência para a especializada Vara de Delitos da Organização Criminosa da Comarca de Fortaleza, que, por sua vez, recebeu a exordial acusatória em 10/1/2019.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. REITERAÇÃO DE PEDIDOS IDÊNTICOS CONTIDOS NO HABEAS CORPUS N 0629875-94.2018.8.06.0000. ORDEM NÃO CONHECIDA NESSES PONTOS. DEFESA ALEGA QUE JUIZ DA 2ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO/CE DECLINOU DA COMPETÊNCIA PARA A VARA DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS EM FORTALEZA/CE, SEM QUE TENHA RECEBIDO OU REJEITADO A DENÚNCIA. FICANDO O PACIENTE PREJUDICADO, VISTO QUE A DEFESA NÃO FOI INTIMADA PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. MERA IRREGULARIDADE. DENÚNCIA RECEBIDA. PREJUÍZO INEXISTENTE À DEFESA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. QUESTÃO*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*NÃO APRECIADA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FEITO TRAMITANDO NORMALMENTE. OBSERVADAS AS SUAS PECULIARIDADES. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE APTA A JUSTIFICAR A CONCESSÃO. DE OFÍCIO, DA ORDEM. WRIT NÃO CONHECIDO E, DE OFÍCIO, DENEGADO.*

*1. Busca o impetrante a concessão da ordem, a fim de que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, sustentando que o juiz da 2ª Vara da comarca de Brejo Santo/CE declinou da competência para a Vara de Organizações Criminosas em Fortaleza/CE, sem que tenha recebido ou rejeitado a denúncia, ficando o paciente prejudicado, visto que a defesa não foi intimada para se manifestar acerca do declínio de competência, bem como, até a impetração deste mandamus a Vara de Organizações Criminosas de Fortaleza/CE, não decidiu se é competente, ou se aceita a denúncia feita pelo Promotor de Brejo Santo/CE, ficando os prazos processuais prejudicados, em razão de a denúncia não ter sido recebida pelo Juízo a quo. Afirma ainda, que não subsistem, tão pouco existiram os motivos que ensejaram a segregação preventiva, bem como há excesso de prazo na formação da culpa, considerando que está preso desde 17/09/2018, e que não houve sequer o recebimento da peça delatória, haja vista o declínio de competência. Alega também, que o paciente é primário, não possui condenação criminal, possui residência e trabalho fixos, fazendo jus a aguardar em liberdade o desenrolar do processo, com ou sem aplicação das medidas cautelares diversas do cárcere.*

*2. Observa-se que a discussão suscitada pelo impetrante em relação aos argumentos de que não subsistem, tão pouco existiram os motivos que ensejaram a segregação preventiva, das condições subjetivas favoráveis e da possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas, consiste em mera reiteração do habeas corpus n.º 0629875-94.2018.8.06.0000, julgado pela 3.ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça na sessão ordinária ocorrida no dia 11 de dezembro de 2018, sendo denegada a ordem. Portanto, tratando-se esses argumentos, de matérias já apreciadas e rechaçadas no writ anterior, sem qualquer fato novo, restando inviabilizado o conhecimento da presente impetração nesses pontos.*

*3. Sobre à alegação de ausência de intimação da defesa para se manifestar sobre o declínio de competência para a Vara de Organizações Criminosas, sem que tenha recebido ou rejeitado a denúncia, ficando o paciente prejudicado, verifico inexistir prejuízo à defesa do paciente, pois segundo informações prestadas pelo juízo da Vara de Delitos de Organizações Criminosas, a denúncia foi recebida, estando os autos aguardando retorno das cartas precatórias citatórias. Dessa forma, assegurados e observados os direitos e garantias*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*constitucionais ao paciente, constitui-se esse fato mera irregularidade, mormente porque não comprovado qualquer prejuízo.*

4. *A respeito da alegação do excesso de prazo na formação da culpa, considerando que está preso desde 17/09/2018, e que até o momento da impetração do mandamus, não houve sequer o recebimento da peça delatória, observa-se que a matéria não fora submetida ao crivo do juízo de origem da ação penal, circunstância esta que, de plano, impede o exame deste Tribunal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância, o que implica no não conhecimento desta outra parte do pleito.*

5. *Assim sendo, não há nos autos flagrante ilegalidade apta a justificar a concessão, de ofício, da ordem e, ademais, o feito está tramitando normalmente, observadas as suas peculiaridades, que levam a uma extensão do lapso temporal para concluir o processo, considerando que o juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Brejo Santo declinou de sua competência, em razão da existência de indícios de crime de organização criminosa, remetendo o feito à Vara de Delitos de Organização Criminosa da Comarca de Fortaleza. O processo foi redistribuído aos 06/12/2018, sendo a peça delatória recebida aos 10/01/2019, que, de imediato, determinou a expedição de cartas precatórias objetivando citar os acusados para responderem às acusações, não se configurando, portanto, qualquer morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional.*

6. *Ordem não conhecida, porém, de ofício, denegada a ordem quanto ao alegado excesso de prazo na formação de culpa (fls. 347/348).*

No presente recurso, alega, inicialmente a ausência de supressão de instância perante o Tribunal de origem da questão relativa ao alegado excesso de prazo na tramitação do feito, salientando não ser necessária a provocação prévia do Juízo de primeiro grau para se manifestar sobre o tema. Pondera que, embora não tenha conhecido da impetração quanto ao ponto, o Tribunal de origem afastou a alegação de excesso de prazo, afirmando não haver morosidade no feito.

Indica que se encontra preso há 174 dias, sem que tenha sido citado até a presente data, razão pela qual é certa a existência de excesso de prazo apto a justificar o relaxamento da prisão preventiva. Salienta que a delonga verificada deve ser imputada exclusivamente ao Estado.

Ressalta que conta com condições pessoais favoráveis.

# Superior Tribunal de Justiça

Enfatiza, ainda, a existência de nulidade na prisão preventiva, ante a ausência de intimação da defesa quanto ao declínio de competência por parte do Juízo da 2ª Vara da Comarca de Brejo Santo/CE, autoridade que havia decretado a prisão preventiva. Aponta que a segregação decretada por autoridade incompetente deve ser considerada nula. Relata que, no caso dos autos, ao receber a exordial acusatória, o Magistrado da Vara Especializada utilizou-se de fundamentação sucinta, não ratificando a decisão que decretou a custódia, razão pela qual é imperiosa sua soltura.

Assenta que a defesa ofertou exceção de incompetência, ainda pendente de apreciação, estando, portanto, clara a nulidade da prisão preventiva.

Busca, assim, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Requer a intimação da data do julgamento do presente recurso para realização de sustentação oral.

Indeferida a liminar (fls. 399/403) e informações prestadas (fls. 407/412 e 415/420), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do reclamo (fls. 125/134).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que, em 8/11/2019, nos autos da Ação Penal n. 0001060-77.2018.8.06.0052, foi relaxada a prisão preventiva do ora recorrente.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto do reclamo.

Ante o exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

